

constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo. 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em www.dgaep.gov.pt, podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos serviços administrativos da Escola Secundária Poeta António Aleixo.

17 — A Ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção.

17.1 — Critério de desempate:

17.1.1 — Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adoptar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17.1.1.1 — Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

17.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência pelo candidato de maior idade.

17.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17.3 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação do Diretor da Escola Secundária Poeta António Aleixo, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica da Escola Secundária Poeta António Aleixo em www.espaa.pt, sendo ainda publicado um aviso no *Diário da República*, 2.ª série, com informação sobre a sua publicitação.

18 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

19 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

20 — Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso é publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, bem como na página eletrónica da Escola Secundária Poeta António Aleixo, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, 2.ª série, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

24 de abril de 2012. — A Diretora, *Isabel Maria Ferreira de Magalhães Rodrigues*.

20620887

Inspeção-Geral da Educação e Ciência

Despacho n.º 5929/2012

Anulação da publicação do Despacho n.º 5371/2012, de 12 de abril de 2012

Pelo presente se procede à anulação da publicação do Despacho n.º 5371/2012, publicado na 2.ª série *Diário da República* n.º 78, de 19 de abril de 2012, referente à criação das áreas territoriais da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

19 de abril de 2012. — A Inspetora-Geral, *Maria Helena Dias Ferreira*.

20625982

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho (extrato) n.º 5930/2012

Por meu despacho de 03 de fevereiro de 2012, e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que o Técnico Superior, Pedro Miguel Amaro Antunes, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 29-02-2012.

24-04-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

206025633

Despacho (extrato) n.º 5931/2012

Por meu despacho de 03 de fevereiro de 2012 e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que o Técnico Superior, Rui Rainho Pires, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 31-01-2012.

24-04-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

206025699

Despacho (extrato) n.º 5932/2012

Por meu despacho de 03 de fevereiro de 2012, e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a Técnica Superior, Susana Catarina Dias Martins, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 31-03-2012.

24-04-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

206025796

Despacho (extrato) n.º 5933/2012

Por meu despacho de 17 de fevereiro de 2012, e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a Técnica Superior, Bela Millery Pereira, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 14-04-2012.

24-4-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

206024345

Despacho (extrato) n.º 5934/2012

Por meu despacho de 20 de janeiro de 2012, e ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que o Técnico Superior, José Carlos da Cruz Iglésias, em período experimental, denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com o Instituto da Segurança Social, I. P., com efeitos a 01-02-2012.

24-4-2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luis Monteiro*.

206025099

Centro Distrital de Santarém

Despacho n.º 5935/2012

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados pela Senhora Diretora do Centro Distrital de Santarém à data, através dos Despachos n.º 16517/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 29 de outubro de 2010, n.º 12472/2011, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2011, e ainda, n.º 14621/2011, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207, de 27 de outubro de 2011, ratifico os atos praticados pelo licenciado, Pedro Miguel Lourenço Bastos, Diretor do Núcleo de Identificação e Qualificação:

1 — Relativamente ao pessoal sob a sua dependência:

1.1 — Autorizar as alterações ao mapa de férias aprovado, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;